

GDF é obrigado pelo governo federal a mudar sua maneira de comprar medicamentos e outros procedimentos administrativos para evitar que se repitam casos de doentes que morreram por falta de atendimento e remédios

VIDAS EM RISCO

Juliana César Nunes
Da equipe do Correio

No início de dezembro, o governador reeleito Joaquim Roriz garantiu que a área de Saúde seria prioridade nos próximos quatro anos. A promessa veio na semana em que o governo federal começou uma auditoria na Secretaria de Saúde. A ordem para investigar o setor partiu do próprio ministro Barjas Negri, depois que o Ministério Público do Distrito Federal denunciou a ocorrência de mortes de pacientes por falta de remédios para câncer.

O governo do Distrito Federal foi obrigado a alterar vários procedimentos que tinha em relação à saúde em decorrência dessas investigações. As compras de medicamentos, por exemplo, feitas habitualmente sem licitação, sob a alegação de urgência, só poderão ser feitas a partir de agora por meio de concorrência pública. E assim por diante (leia quadro).

Isso porque, entre as falhas encontradas pelo governo federal estava o superfaturamento na compra de remédios, o favorecimento a empresas e compras sem licitação. Também foi identificada falta de transparência na aplicação dos recursos do Fundo de Saúde, que conta com R\$ 1,2 bilhão (sendo que 70% vêm dos cofres da União).

MEDIDAS NECESSÁRIAS

No relatório final da inspeção, os técnicos do Ministério da Saúde listaram uma série de medidas necessárias para acabar com problemas na rede pública de saúde no DF. Entre eles, o cadastramento de pacientes que recebem medicamentos de alto custo, realização de licitações para compra de remédios em grande quantidade e modificação no sistema de gerenciamento do dinheiro do Fundo de Saúde.

Atualmente, os recursos são depositados em uma conta única, não sendo possível descobrir se foram usados nas ações previstas inicialmente.

O secretário de Saúde Arnaldo Bernardino se comprometeu a cumprir as recomendações.

O primeiro sinal de que algo não ia bem no setor de saúde pública partiu da farmácia que oferece remédios de alto custo para pacientes com doenças graves, como câncer, esclerose múltipla e fibrose cística. A maior

parte dos medicamentos esteve em falta durante o ano todo.

O Ministério Público investiga indícios de morte por falta de tratamento. O caso que mais chamou a atenção das autoridades — inclusive do ministro da Saúde — foi o da dona-de-casa Valdirene Rocha, 25 anos. Valdirene, moradora de Samambaia, chegou a conseguir na Justiça o

direito aos remédios, mas morreu sem ter acesso a eles.

“Para mim o que interessa é que os remédios eram uma chance para ela sobreviver e aguardar algum avanço da medicina”, diz Calisto Rocha, marido de Valdirene.

O DF também não ficou de fora da epidemia de dengue que atingiu o país. O número de casos de dengue registrado em 2002 é recorde na história do Distrito Federal.

O balanço divulgado pela Secretaria de Saúde indica 1.211 casos de 1º de janeiro até julho — número 21% superior ao registrado em 2001. “É preciso acabar com o sistema que permitia o mau uso das verbas e processar os culpados por isso”, acredita o promotor Jairo Bisol, que cuida das investigações.

ALTERAÇÕES

Em novembro, o GDF decidiu mudar a política de compra de medicamentos. As novas regras prevêm que as compras passarão a ser anuais e somente por meio de licitações. O documento e a auditoria do Ministério da Saúde são o dever de casa do governo para este ano. “Vamos tentar seguir todas as recomendações para, em dois anos, colocar a saúde novamente nos trilhos. É a única solução”, admite o secretário Arnaldo Bernardino. Em audiência na Câmara Legislativa, o secretário de Fazenda, Valdivino Oliveira, prometeu não apresentar emendas para retirar dinheiro do Fundo de Saúde para obras e projetos sociais, como aconteceu em 2002.

DIAGNÓSTICOS E SOLUÇÕES

Desvio de verbas
O Ministério Público descobriu que 65% do Fundo de Saúde (que tinha um total de R\$ 1,25 bilhão) foi usado no pagamento de funcionários. O restante — R\$ 117,8 milhões — acabou desviado para programas assistenciais do GDF. Cerca de 70% do dinheiro depositado no Fundo de Saúde é do governo federal, que repassa verbas para compra de remédios, máquinas e manutenção dos hospitais. O secretário de Fazenda, Valdivino Oliveira, prometeu que os desvios não acontecerão mais no próximo ano.

Superfaturamento
Relatórios da Controladoria Geral da União e do Conselho Regional de Farmácia mostraram que houve superfaturamento nos processos de compra de remédios. A Secretaria de Saúde pagou até 374% a mais por alguns medicamentos. O GDF se compromete a comprar remédios, a partir de 2003, através de licitações anuais, o que diminuirá a necessidade de compras emergenciais sem licitação.

Cirurgias suspensas
A precariedade no funcionamento do setor de cardiologia do Hospital de

Base do DF é um grave problema que afeta o sistema de saúde no DF. A 1ª Delegacia de Polícia investiga três mortes por infecção hospitalar na cardiologia. Um relatório do Tribunal de Contas do DF comprovou a falta de equipamentos e remédios no setor. Em dezembro, o estoque de remédios e material para o setor foi parcialmente repostado. As cirurgias infantis de menor complexidade foram retomadas e a expectativa é que o atendimento seja normalizado este ano.

Transplantes
O Ministério da Saúde suspendeu os transplantes no Hospital de Base do DF, em abril de 2002, devido às precárias condições de funcionamento da instituição. Nas salas cirúrgicas havia goteiras e infiltrações. O índice de infecção hospitalar era elevado e a UTI não tinha infra-estrutura adequada para receber os pacientes transplantados. Diante disso, a Secretaria de Saúde desembolsou R\$ 50 mil para reformar as salas de cirurgia e a UTI. De acordo com a secretaria, basta apenas um aval oficial do ministério para que o transplante de fígado seja retomado em 2003.

Hemodiálise
A Vigilância Sanitária fez uma fiscalização no setor de hemodiálise dos hospitais regionais de Taguatinga (HRT) e de Sobradinho. Foram descobertas várias irregularidades. A unidade do HRT teve de ser interditada. O Ministério Público desconfia que 15 pessoas morreram nos últimos 12 meses por causa da precariedade no atendimento. A secretaria liberou verbas para reformas e recebeu novas máquinas do Ministério da Saúde. Com isso, espera normalizar o serviço em 2003.

Combate à Aids
Relatórios da União e do GDF, divulgados há dois meses, calculam em R\$ 850 mil o volume de recursos repassados pelo governo federal e desperdiçados pela Secretaria de Saúde no programa de combate a doenças sexualmente transmissíveis e Aids. Há dois meses e meio, o Laboratório Central (Lacen) do DF está sem realizar o exame CD-4, que avalia o grau de imunidade dos soropositivos. O secretário de Saúde, Arnaldo Bernardino, diz que já autorizou a compra do material para o exame, que deve voltar a ser oferecido regularmente em 2003.

Nehil Hamilton / 16.04.2002



PACIENTES ESPERAM ATENDIMENTO EM HOSPITAL DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE: FALTA DE MEDICAMENTOS, DEFICIÊNCIA EM SALAS DE CIRURGIA E EXAMES CANCELADOS COMPROMETERAM O SETOR